

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXVIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1989

a pico que parece caracterizar as estruturas do séc. I a. G. Se, em função dos argumentos, são legítimas algumas dúvidas sobre a cronologia proposta, esta parece pelo menos provável, o que não invalida outra mais baixa para povoados do mesmo tipo, que, nalgumas regiões, parecem ser do séc. I a. G. ou até mesmo contemporâneos daromanização.

A instalação de povoados em cotas baixas, povoados a que alguns chamam «castros agrícolas», parece um fenómeno comum no Noroeste, relacionável com uma estratégia de ocupação das terras baixas dos vales com vista a um aproveitamento dos terrenos de aluvião. Talvez a pastorícia e a pequena agricultura de encosta, praticadas nos povoados elevados, fossem, a partir do séc. III a. C., insuficientes para garantir a sobrevivência de uma população que teria atingido níveis críticos de densidade. Infelizmente, como a autora reconhece, o espólio exumado e as estruturas descobertas não permitem formular uma ideia clara quanto à funcionalidade do povoado do Lago. Pela vizinhança do vale, o castro do Lago parece vocacionado para a exploração agrária; mas seriam os solos de aluvião, no séc. III ou II a. G., mais propícios à agricultura? não seriam antes ocupados por densas matas ribeirinhas que tornariam difícil o arroteamento? O espólio e as estruturas reconhecidas não permitem claramente falar de um castro «agrícola», termo que, aliás, a autora prudentemente evita. As numerosas fossas descobertas não podem ser facilmente interpretadas como silos; mais parecem, pelo menos na maior parte e desde a origem, fossas detriticas.

Seja como for, é óbvio, neste caso pontual, que o nível técnico-económico não era elevado; o carácter singelo e tosco das estruturas tem correspondência na pobreza do espólio exumado, que não inclui objectos de prestígio nem, praticamente, objectos de metal.

A obra relata uma escavação bem conduzida e revela uma invulgar capacidade de relacionar estratigrafias obtidas em descontraídos pontos da estação. A análise cerâmica é levada a extremos de rigor, tanto mais dignos de elogio quanto é certo que a sua pobreza poderia ter desencorajado os estudos tipológicos e estatísticos. O relatório agora apresentado constitui um modelo num país onde as escavações insuficientemente ou nunca relatadas têm constituído a regra.

JORGE DE ALARCÃO

URBANO ESPINOSA, *Calagurris Iulia*, ed. do Colégio Oficial de Aparejadores de la Rioja e do Ayuntamiento de Calahorra, Logroño, 1984, 352 p., il.

Dois anos após a publicação da sua magistral tese de doutoramento, *Debate Agrippa-Mecenas en Dion-Cassio: Respuesta senatorial a la crisis del Imperio Romano en época Severiana* (Madrid, 1982), publicou o Prof. U. Espinosa uma excelente monografia da cidade romana de *Calagurris*.

Conimbriga, 28 (1989), 229-252

Esta monografia abre com um prólogo (p. 7-10), repartindo-se depois por dezasseis capítulos (p. 11-322), aos quais se seguem alguns índices auxiliares de consulta (p. 325-349).

O Cap. 1 trata da formação e configuração do substracto demográfico, tal como o nosso conhecimento no-lo dá à data dos primeiros contactos com os romanos. É um capítulo muito bem informado, que demonstra bem as grandes qualidades de síntese histórica do A. que, contudo, reconhece não dispensar um mais completo ensaio monográfico da proto-história da região.

A conquista da cidade, e o reflexo nela da política interna de Roma, nos finais do séc. I a. C., que, a nível peninsular local, levaram à destruição de *Calagurris* por Pompeu; o papel da cidade na recuperação da região para o partido de César e o processo de latinização que, certamente, desempenharam os militares dela recrutados, e de que a guarda calagurritana de Octávio foi o mais flagrante testemunho, ocupam os Cap. 2 e 3. É de realçar, na valoração das fontes históricas deste período, o esforço feito pelo A. no sentido do seu entendimento em função da posição política a que aderiram os diversos autores clássicos, num período em que não havia lugar para a indiferença política, e que se vai necessariamente reflectir nas referências a esta cidade que tomou posição em favor de Sertório. A introdução desta exegese historiográfica relativa à ideologia, ou simplesmente ao pensamento político, dos autores clássicos, revela aquela preocupação de rigor, seriedade e consciência profissional que muito poucas vezes temos encontrado nos grandes trabalhos de história peninsular e, muito menos, nas monografias locais.

Os Caps. 4 e 5 ocupam-se da época de Augusto e da fundação do município, da vida social e política, relacionando-as com o território que a envolve e, ainda, com a própria dinâmica da história política do estado romano.

Os Caps. 6, 7 e 8 ocupam-se do estudo da cidade no Alto-Império. Pela sua leitura, observamos que a importância dada à figura de Augusto, enquanto patrono da cidade, vai introduzir, simultaneamente o tema do patronato e o das relações entre o poder central e o poder local que terão, nos finais do séc. I d. C. e no séc. II, as suas mais significativas expressões com a importância que certamente teriam tido *Q. Glitius Atilius Agricola* e *T. Iulius Maximus Manlianus*; as vantagens que os Calagurritanos podiam esperar dos seus patronos são o último tema tratado no Cap. 8; no Cap. 7, o A. ocupa-se de Quintiliano, não só enquanto pedagogo, mas também como expoente das relações que ligavam as elites locais a Roma.

O Cap. 9 ocupa-se da crise do século III e da restauração do Baixo- Império, temas que o A. trata segundo uma perspectiva tradicional, admitindo contudo a tese de invasões bárbaras (em dois momentos), como propôs M. Tarradell, face às quais são os vestígios do apressado amuralhamento defensivo de que a cidade necessitou a prova mais evidente, amuralhamento que deixou de fora, sem defesa, boa parte da antiga área urbana. Na reorganização administrativa do séc. IV, a política de recuperação económica que favorecia a aristocracia rural, é para o A., uma das causas que contribuem para a decadência dos núcleos urbanos, nomeadamente para *Calagurris*, e de

que temos ecos na correspondência entre Ausônio e Paulino de Nola; mas, pese embora a redução do perímetro urbano, e o abandono dos dois aquedutos que serviam a cidade, o A. crê na sobrevivência, acomodada, da aristocracia local que, embora com menos pujança que a do séc. TI, conseguia ainda manter a cidade como um ponto de referência essencial no povoamento do curso médio interior do alto-Ebro, o qual, por toda a época baixo-imperial, vemos semeado de explorações agrícolas com as suas *villae* rústicas.

Seguem-se três capítulos que nos introduzem nas ideologias dominantes deste período cronológico, evidentemente com uma aproximação clara e sólida à *Calagurris* cristã, desde a implantação da nova religião até à sua consolidação institucional como sede de bispado. Também agora, e tal como o fizera anteriormente quanto a Quintiliano, o A. dedica todo um capítulo, o Gap. 11, a Prudêncio, outro Calagurritano, que desenvolveu, como se sabe, uma pujante actividade literária ao serviço dos novos ideais.

No Gap. 13, a história política é retomada para nos descrever os tempos que decorrem entre as invasões bárbaras e o estabelecimento do reino visigótico de Toledo.

No capítulo seguinte, «O caso do bispo Silvano», a propósito da actuação deste, abordam-se os problemas que, à data, se punham no que diz respeito à disciplina eclesiástica e à criação do território diocesano de Calahorra.

Uma avaliação da situação da região de *Calagurris* no Baixo-Império, sob a perspectiva da continuidade e da descontinuidade do processo da romanidade, é do que se ocupa o Gap. 15, onde, ponderando sobre estas duas tendências do comportamento sócio-cultural, o A. admite que apesar das invasões e da revolta bagáudica, a continuidade foi mantida, e os *honorati* e *possessores* que apoiaram Silvano, mantendo-se como aristocracia, são, conjuntamente com o episcopado local, ainda os que melhor representam a romanidade ocidental nesta região.

O Gap. 16 encerra este livro já com o novo papel de Calahorra, agora como cidade eminentemente estratégica, sob o domínio do reino godo.

É evidente que, para cada um dos períodos de tempo que aborda, o A. dispõe de fontes históricas muito díspares, e se há temas muito bem documentados nas fontes escritas, outros há em que o recurso aos dados arqueológicos é o único tipo de informação disponível, e acontecendo isto numa região em relação à qual parece não existir grande unanimidade de opiniões entre os diversos autores que dela se ocuparam; assim, a sua perspectivação histórica, que aliás não deixa de lado os dados arqueológicos (mas que também não faz da sua enunciação um rol de erudição a despropósito, isto é, totalmente não significativo), passa pela escolha dos temas condutores de cada um desses períodos de tempo, sem perda de significado, por redução a lugares comuns, de toda a massa documental, antes ela suporta toda a síntese, onde surgem novos enquadramentos historicamente admissíveis, novos problemas e onde se 'recriam' panorâmicas explicativas aceitáveis.

De facto, é o processo histórico da região o autêntico protagonista deste livro, sendo a documentação arqueológica largamente utilizada como sua

evidência. Assim, desde logo, a Iberização da região é focada na perspectiva do ‘encontro* entre a tradição cultural continental e a mediterrânica, tendo como consequência, no panorama urbano, o desaparecimento de muitos povoados e o agigantamento dos que sobreviveram, com o conseqüente aumento da sua área urbana e de influência, caso flagrante da própria *Calagurris*; este processo de crescimento e concentração populacional teria sido, para os romanos, mesmo depois da conquista, e como recorda o A., uma das ameaças à efectivação e à perpetuação do seu domínio, assim se vendo que, nos tratados de paz, a proibição de crescimento das cidades era, tal como a da construção de muralhas, uma preocupação constante dos interesses de Roma. Por outro lado, todo o processo de Iberização, enquanto processo de aproximação às culturas mediterrânicas, veio facilitar a dominação romana.

Apesar de este livro ser apenas uma síntese de história local, o A. não deixou de fazer, no que se refere, por exemplo, ao papel dos patronos da cidade, alguns ensaios de explicação do que teria sido, em pormenor, a sua actuação, propondo mesmo, no âmbito de uma preocupação já anteriormente anunciada, a das interconexões do poder central e do poder local, o estudo das relações possíveis entre o exercício do patronato de *Calagurris* e a função de legado jurídico da Hispânia Citerior.

O princípio teórico subjacente à estrutura e ao discurso historiográfico deste livro de U. Espinosa, vem explicitado na seguinte afirmação sua, p. 18: «Si los problemas sólo cobran plena significación situados en perspectivas históricas generales, a la inversa será legítimo descubrir las líneas básicas del acontecer general en el estrictamente local».

MARÍA MANUELA ALVES DIAS

RAFAEL ATENCIA PÁEZ, *La ciudad romana de Singilia Barba (Antequera — Málaga)*, ed. da Diputación Provincial de Málaga, Málaga, 1988, 182 p., il.

Rafael Atencia Páez, jovem docente da Universidad de Málaga, dera-nos em 1981, em colaboração com Encarnación Serrano Ramos, as *Inscripciones latinas del Museo de Málaga*, uma publicação cuidada e de muito boa apresentação, que é, sem dúvida, um útil instrumento de trabalho para todos os epigrafistas peninsulares; nesta sua nova publicação, que nos é apresentada num piólogo de Pedro Rodríguez Oliva (p. 9-23), depois da introdução (p. 25-30), onde nos dá um enquadramento geográfico da região, em que outrora se implantara a antiga cidade, previne o leitor que será exactamente a área da cidade que o ocupará, deixando propositadamente de fora tudo o que diz respeito ao *ager singiliensis*, e, seguidamente procura inventariar os vestígios arqueológicos de *Singilia Barba* (Gap. I, p. 31-114) e, também, traçar o panorama do que tei ia sido a história desta cidade da Bética até à dominação árabe (Cap. II, p. 115-181).

Conimbriga, 28 (1989), 229-252